



**ACTA N.º 33**

Sessão Extraordinária Setembro

Sessão de 17/09/2019

Aos dezassete dias do mês de Setembro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Sucedânea Ana Cláudia Pinto de Oliveira, na qualidade de Primeiro Secretário, e a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto da Cruz Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, Jerónimo dos Santos Dias, Rita Alexandra Monteiro Batista, Ana Margarida dos Santos Valente, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão não houve faltas de presença dos deputados.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Francisco Carvalho de Sousa, e Joana da Fonseca Valente.

Faltaram nesta sessão extraordinária os vereadores Luís Miguel Capão Filipe, e Manuel Oliveira de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão da Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, pela sucedânea Ana Cláudia Pinto Oliveira, e dos vogais, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Jerónimo dos Santos Dias e Ana Margarida dos Santos Valente, respectivamente.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira e Antero Marques dos Santos, se

fizeram substituir nesta sessão, por Nuno Frederico Miranda Leite e Miguel António Costa da Silva, respectivamente.<sup>002</sup>

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Setembro, cujos pontos se transcrevem.

**Ponto 1 – Apreciação e votação das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Jacinto;**

**Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de alienação de vários imóveis;**

**Ponto 3 – Apreciação e votação de propostas no âmbito da Descentralização:**

**a) Educação 2020;**

**b) Cogestão de Áreas Protegidas 2019 e 2020;**

**c) Transportes de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores 2020 (intermunicipal);**

**Ponto 4 – Informação sobre o debate público da Revisão do Plano Diretor Municipal.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

**Ponto 1 – Apreciação e votação das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Jacinto.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 04/09/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara<sup>004</sup> para apresentação do documento.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>005</sup>

*"Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. De forma sumária esta adenda aos contratos com as nossas juntas de freguesias deriva da nossa opção política, que relembro a todos, foi o de aprovar contratos que não preenchiam toda a dotação orçamental que temos no nosso plano e orçamento, mas obviamente ficou o compromisso de o esgotarmos dado que o objectivo que temos a esse nível é o da execução o mais próximo de 100% possível. E, portanto, em interação com as nossas juntas de freguesia, subordinados obviamente a integrar estas adendas para que tenham uma probabilidade de serem executadas a 100% até ao fim do ano, são essas que integram a adenda. Obviamente que há outras e proximamente iremos falar sobre os contratos do próximo ano. Mas o que está hoje em causa é preenchermos a dotação que aí temos. Há uma redução num objectivo que tinha uma dotação grande em Cacia que tem a ver com a sua execução. Isto é a execução vai cair mais no próximo ano do que neste. E isso vai permitir os termos que estão na própria adenda. Isso*

*quer dizer também que o balanço dos contratos que temos é um balanço muito positivo. Portanto há uma avaliação muito positiva porque obviamente se não existisse não haveria adenda de coisíssima nenhuma. Existindo Juntas que não têm adenda não quer dizer que haja algum problema com alguma delas. Não há nenhum. É bom lembrar o ritmo da execução dos contratos com Oliveirinha e com São Bernardo. Apenas não há objectivos referenciados com aquela maturidade que permita agregar nesta adenda. E depois também o equilíbrio que procuramos sempre manter no quadro da fixação dos objectivos para cada uma das juntas e obviamente olhando para o grupo dos 10 contratos.*

*Portanto é nesta ambiência muito positiva. Nesta ambiência da capacidade que vamos ter todos de executar os objectivos que estão assumidos nestas adendas que obviamente levámos à Câmara, com essa mesma proposta de as aprovarmos aqui para que a sua execução física e financeira se cumpra até ao final do exercício de 2019. Obviamente estarei ao dispor para qualquer questão. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [007](#)

*"Muito obrigado. Tal como já quando discutimos isto anteriormente não havendo qualquer objecção parte a parte, seja da Câmara Municipal seja das Juntas de Freguesias, queremos apenas reforçar aquilo que já foi referido da necessária e adequada dotação de recursos para a execução destas competências que agora adicionalmente serão delegadas às Juntas de Freguesia. Obrigado"*

Vogal Jerónimo Dias (BE) [008](#)

Vogal Miguel Silva (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [009](#)

*"Boa noite Senhores deputados, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara. As competências para 2019 ficaram marcadas pelo maior investimento de sempre na relação entre a Câmara Municipal e as 10 freguesias do município. Apesar desse excelente acordo alcançado temos hoje aqui novas adendas ao respectivo contrato. Que eleva ainda mais o volume de obras e o respectivo suporte financeiro que no caso da Freguesia de Requeixo/Nossa Senhora de Fátima/Nariz e permite a realização de três obras importantes no valor de 77 mil euros. Por todo este trabalho de equipa que permite mais este, mais investimento nas nossas freguesias, saudamos a nossa Câmara Municipal, especialmente o Senhor Presidente e o Senhor Vice-presidente, assumindo desde já a nossa disponibilidade para assumir este trabalho em equipa. Muito obrigado."*

Vogal Jorge Greno (CDS) [010](#)

Vogal Carlos Morgado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [011](#)

*"Boa noite a todos. Apenas dar aqui duas notas. Esta adenda resulta dum elevado grau de confiança que foi criado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia ao reconhecer qua a Junta tem capacidades para desenvolver uma série de trabalhos neste período de tempo que é demasiado curto mas que estamos empenhados e vamos dar seguimento a este processo.*

*Com este trabalho na sequência da adenda conseguiu-se dotar o edifício da Junta de Freguesia com uma capacidade de receber o espaço cidadãos e ao mesmo tempo dar qualidade a todas as valências que temos na Junta. O edifício está muito degradado. Temos uma Biblioteca que está fechada há vários anos, e com a adaptação que queremos fazer na*

*sede da Junta podemos dar movimento à Biblioteca e passar os serviços para o primeiro piso. E para isso temos de instalar um elevador com condições para as pessoas poderem ter esse acesso. Vamos dotar o edifício com qualidade para poder receber melhor os nossos cidadãos. É só. Obrigado Senhor Presidente."*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)<sup>012</sup>

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)<sup>013</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>014</sup>

*"Obrigado Senhor Presidente. Apenas para fazer um registo breve porque não é preciso falar muito. Uns já falaram outros não e portanto uma coisa muito simples. Nós é que temos às vezes tendência para complicar. Ou porque desconhecem ou porque querem realmente criar algumas dificuldades às juntas e à Câmara também. É política, que se respeita, mas são outras situações que eu levo maia para o facto de se desconhecem. O Bloco de Esquerda aqui mostra uma ignorância total do que é a realidade do concelho. Senhor deputado pode perguntar a todas as juntas de freguesia quem são os que têm os roçadores, os corta sebes, os corta relvas, enfim.*

*Compreendo que os senhores têm de chegar aqui e dizer qualquer coisa, pois muito bem, está na casa certa onde se pode livremente falar e mostrar a sua opinião, mas infelizmente continuamos a precisar dos químicos para manter as valetas limpas. Não tenham dúvidas nenhuma. O que é preciso senhor deputado é que o trabalho seja feito por gente qualificada e que tenha a devida formação e anunciar através de editais junto das populações quais são os dias em que se vai fazer a intervenção.*

*Assim, sendo e tendo o cuidado também das situações climatéricas porque é sempre um elemento a ter em conta, a aplicação de herbicidas é sempre necessária. O Bloco de Esquerda não tem experiência autárquica, não uma Junta sequer que governe e compreendo que possa ter algum desconhecimento da situação. Resta-me dizer uma coisa. Não contestem nem criem dificuldades às Juntas na aplicação destes produtos porque é absolutamente necessário que continuemos a usar estes produtos químicos para termos as valetas e os passeios limpos.*

*Em relação a esta postura da Câmara com as Juntas naturalmente que quero dizer ao Senhor Presidente de Câmara que agradecemos a sensibilidade que tem para com os nossos problemas. E obviamente que desejamos que continue assim. O Senhor Presidente deixou ai um alerta de que brevemente iremos pensar nas Delegações de Competências do próximo ano e naturalmente todos nós, Juntas de Freguesia, estaremos receptivos e ficaremos à espera de mais um apoio. Muito obrigado."*

Vogal Victor Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>017</sup>

*"Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Meu senhores e minhas senhoras. Esta adenda aos contratos de delegações de competências que hoje temos aqui oportunidade de analisar, este é sem dúvida um marco importante para a freguesia de Santa Joana. É na verdade, após trinta e cinco anos da sua constituição da freguesia poder possuir um armazém em nome próprio e com as devidas condições, nomeadamente para o armazenamento de ferramentas e utensílios e matérias diversas de construção e o estacionamento das viaturas de trabalho.*

*Para quem conhece a freguesia sabe que a implementação do armazém para além de um sentimento de liberdade é um sinal de visão de futuro. Estamos cientes que este investimento será suporte da futura implementação do cemitério em Santa Joana e para um espaço que todos desejamos que é o polidesportivo do Solposto.*

*Mas esta é também uma adenda com forte vertente na acção social. Pois se dizem que o desporto une os povos e iguala as desigualdades a requalificação do polidesportivo do Caião, é mais uma oportunidade a dar a esta urbanização social, como motivo de regozijo geral e comum.*

*Por fim quero referir que para mim e para o executivo que lidero esta adenda é a continuação de uma forte medida de proximidade com a população local e que conduz a um trabalho de proximidade com os nossos cidadãos que muito nos apraz - não fosse essa a forte razão para sermos autarcas.*

*Senhor Presidente da Câmara e seu executivo a Junta de Freguesia de Santa Joana agradece. Muito obrigado."*

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)<sup>018</sup>

Vogal Nelson Santos (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>019</sup>

*"Muito boa noite a todos. Cacia com esta adenda consegue resolver um problema que nos surgiu com a visita da ASAE aos nossos parques infantis fechando dois equipamentos.*

*O nosso parque infantil devido à sua antiguidade e com o uso excessivo, embora com algumas manutenções foi perdendo qualidades. Necessitando de uma reforma profunda. A População de Cacia agradece o olhar atento deste executivo tiveram com esta freguesia, possibilitando assim a instalação de um novo parque infantil que vai nascer agora em outubro.*

*Relativo ao Parque desportivo da Quinta do Loureiro os jovens terão também agora um espaço desportivo que possibilite a prática desportiva em condições e em segurança. Ainda este ano nascerá lá um campo sintético. Resta agradecer e desejar um bem-haja a todos. Obrigado."*

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>020</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>021</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>023</sup>

*"Senhor Presidente, agradecer as intervenções de todos. Está tudo dito e bem dito. É pena não termos uma Junta de Freguesia do Bloco de Esquerda para vocês manusearem de facto o que é transparência, rigor, autonomia, trabalho de equipa, mas o povo não quer dar-vos essa possibilidade. Por algum motivo será. Seguramente a falta de competência de gente capaz, credível, para receber essa incumbência e depois, enfim, fazem o chamado exercício do fantasma. Pronto é o exercício possível como é evidente, como todos os exercícios na política são possíveis, vocês fazem o do fantasma.*

*No mundo em que vivemos é o mundo em que vive toda a gente. É o mundo da qualidade. De transparência. Do rigor, da boa gestão, de um trabalho de facto de cooperação institucional ao mais alto nível. Estamos a falar do município que neste nível como noutros é um exemplo. Na dimensão do investimento com as freguesias está na linha da frente, naquilo que respeita a delegações de competências com juntas de freguesia. E portanto é por aqui que andamos é por aqui que vamos continuar a andar.*

*Portanto agradecer a todos o testemunho. O trabalho. E obviamente que de certeza absoluta que vamos prosseguir com este modelo obviamente até ao final do nosso mandato, que é aí que temos a nossa responsabilidade. Enfim, com todo este nível de estabilidade e de confiança e obviamente jogando os dinamismos que vão aparecendo. Enfim, actualmente temos esta referência de fazer o mapeamento e o planeamento anualmente e depois mais ou menos a meio fazemos as avaliações para fazermos as adendas como esta.*

*Portanto é por aqui que vamos e portanto é com muito gosto que vos ouvi a todos que fazem o exercício da realidade e não o exercício dos fantasmas. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>025</sup>

*"Senhor Presidente, só para perguntar o porquê da ausência da delegação de competências para a Junta de Freguesia de São Bernardo e Oliveirinha?"*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>026</sup>

*"Peço desculpa mas não o farei porque o esclareci na minha primeira intervenção. Há gente a dormir não irei ser eu que vá acordar quem dorme."*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>027</sup> o Ponto 1 – Apreciação e votação das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Jacinto, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta cinco votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS10+PCP1+PAN1), duas abstenções (BE2), zero votos contra.**

Seguiu-se a declaração de voto da Vogal:

Vogal Rita Batista (BE)<sup>028</sup>

*"Abstivemo-nos neste voto porque defendemos a autonomia plena das juntas de freguesias e defendemos que essa situação só é possível com orçamentos plurianuais. No entanto não queremos inviabilizar transferências de fundos para essas mesmas juntas de freguesia."*

#### **Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de alienação de vários imóveis.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária pública, realizada em 11/09/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara<sup>029</sup> para apresentação do documento em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>030</sup>

*"Muito obrigado. Também de forma breve nesta proposta trazemos oito imóveis que não foram licitados por ninguém na hasta pública de março. Fizemos uma revisão das avaliações e no valor total a base de licitação para a nova hasta pública reduz o valor em cerca de 15% sabendo que em valor absoluto a concentração está nos 4 lotes do Plano de Pormenor do Centro. Há também uma mudança adicional. Na hasta pública anterior os 4 lotes foram levados a hasta pública aos pares. Portanto a licitação tinha dois lotes do plano de pormenor. E alteramos isso autonomizando a venda parcela a parcela, sem o agrupamento que fizemos na hasta pública de março. Tivemos alguns indicadores que não era por ai que*

*devíamos ir. Portanto 8 dos 12 imóveis que estão na proposta estão aqui outra vez com estas novas avaliações.*

*Há 4 que são novos e que foram surgindo por várias questões. E uma delas é uma casa mais no bairro da misericórdia, foi uma casa que ficou vaga, mas que está em muito mau estado, é quase fazer de novo. E portanto essa é uma das novidades.*

*Há dois terrenos também em que um tem uma casa mas é daqueles que é deitar abaixo e fazer de novo. São dois terrenos no Paço. E há também uma fracção em Santiago que é uma fracção isolada de um fogo que ficou livre e que nós o colocamos também neste processo. Portanto são estes os 4 imóveis que vêm pela primeira vez.*

*Portanto é um valor total de quase 6,2 milhões de euros que trazemos à Assembleia nesta lógica da sua aprovação. Vamos procurando cuidar melhor de uma melhor publicitação da hasta pública para que mais gente saiba. Sabemos que este modelo de hasta pública não é muito simpático para muitos investidores porque não gostam de se expor. Não sei se já alguém assistiu a uma hasta pública, não é um ambiente muito simpático para quem está a licitar, mas são as regras que temos de gerir. E vemos por exemplo que na semana seguinte à hasta pública que fizemos tivemos meia dúzia de propostas para ajustes directos de compra directa. E boa parte do argumento era exactamente daqueles candidatos a compradores participarem numa hasta pública. Pronto temos que respeitar, mas temos que respeitar em primeiro lugar a regras.*

*Aquilo que dissemos foi que o que ficasse por vender fariamos uma segunda e perguntarem se faremos uma terceira não temos ainda trabalho de esboço a essa pergunta. Sinceramente não temos. Mas dissemos que numa segunda hasta pública iria tudo aquilo que não conseguíssemos vender atento na reavaliação que fizemos do encontro numa relação que cumpre a lei, mas enfim, numa relação mais próxima com a visão do mercado. Se o mercado não quis comprar é porque estamos fora da visão do mercado, isto independentemente de existirem outros argumentos que o mercado tem para si próprio que o levou a que estes 8 imóveis não fossem alvo de licitação.*

*Portanto é desta forma clara e aberta que trazemos esta proposta à Assembleia para passarmos à fase seguinte que é a publicação da hasta pública em Diário da República, marcar o dia e a hora.*

*Do resultado final seja ele qual for o destino dessa verba é o pagamento da dívida. Portanto mantemos a nossa opção política (porque já o é) de canalizarmos para o pagamento de dívida para enfim pagarmos parte da nossa dívida com a receita que provenha desta hasta pública. Estou obviamente ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP)<sup>032</sup>

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>033</sup>

*"Senhor Presidente, antes de mais dizer que está a tornar-se recorrente que os negócios que a Câmara determina, à primeira fiquem vazios e depois haja uma segunda tentativa, essa sim depois concretizada com melhores condições para o privado. Também assim foi por altura da concessão dos transportes públicos. É difícil de explicar esta situação. A primeira hasta pública apresenta-se com a expectativa de vender por um preço maior e agora o que apresenta é descer para o mínimo. Portanto parece que a mensagem clara que a Câmara tem a dizer ao mercado é que em Aveiro quem espera sempre alcança bons negócios.*

*Esta discussão é importante porque é onde também vamos discutir revisão de PDM. Não podemos deixar de referir que um dos principais problemas actualmente, talvez a maior emergência social é talvez a falta de habitação no concelho de Aveiro.*

*E não só o PDM reage a esse problema como as políticas urbanísticas que o executivo de Ribau Esteves escolhe por em prática com a retirada de instrumentos de intervenção que poderiam dar uma resposta pública na política de solos e na política de habitação mas não é isso que acontece.*

*De acordo com as palavras deste executivo o município de Aveiro é proprietário de vários imóveis que à data se encontram devolutos e disponíveis para alienação. E mais à frente afirma que se afirma o interesse mobiliário crescente em imóveis no concelho de Aveiro. Bem, se na primeira afirmação o que temos é o Senhor Presidente a fazer o retrato da sua incompetência e do seu desinteresse em que as suas propriedades habitacionais sejam colocadas ao serviço das políticas públicas na segunda mostra a quem as suas políticas respondem — aos especuladores nada mais. Não procura aumentar a oferta pública de habitação a custos controlados e apenas entrega mais recursos públicos a privados.*

*E isto é particularmente grave quando temos pessoas no bairro de Santiago a viver em casas totalmente desajustadas ao tamanho do agregado familiar ou seja, casas subdimensionadas na tipologia que lhes é atribuída.*

*Sabemos que as listas para habitação social são enormes embora nunca tenha sido divulgada, mas sabemos que é muito acima daquilo que é a oferta que esta Câmara pode dar em termos de resposta social.*

*Como é que é possível com estas situações de mantenham casas fechadas? Devolutas quer dizer fechadas. Podia estar a habitar uma família no bairro das barrocas, mas este executivo escolhe mantê-la fechada. E portanto roça a incúria social.*

*Acreditamos que outro caminho era possível. Há terrenos urbanizáveis. Tem que haver uma resposta para construção a custos controlados. O centro da cidade não pode ser apenas para uma minoria da população. Tem de haver diversidade e diversidade é dar acesso a que todos e todas por igual possam decidir viver no centro da cidade. Disse."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Bem, o que nós ouvimos até agora é claramente a demonstração de pessoas que vivem num mundo que não existe. Portanto há aqui qualquer coisa de estranho.*

*Obviamente que nós somos a favor desta proposta. Relembramos também que os fins a que se destinam as receitas de venda de património é para abater a dívida. E portanto nós somos favoráveis a abater a dívida e esperamos muito sinceramente que quando alguns sejam contra a especulação de mercado, nos seus imóveis façam habitação social."*

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas para dizer que este processo é um processo de boa gestão. A diminuição do preço é obviamente uma tentativa de fazer a venda. Penso que os preços ainda poderiam ser um bocadinho mais baixo, a base. Para se garantir o negócio. E dizer que os fins em vista são louváveis uma vez que é para abater a dívida e que a Câmara não se deve afastar desse desiderato.*

*Quero aqui fazer um aparte para as pessoas que falam muito bem, mas que depois têm lá dentro do Partido pessoas a fazerem especulação imobiliária. Mas não vou querer dizer mais."*



Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>036</sup>

*"Boa noite Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente e esperar que tenha tido umas férias bem-dispostas. Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores.*

*Em relação a esta questão em concreto o Partido Socialista vai votar a favor. Aliás estava no seu programa eleitoral este propósito. O propósito é positivo uma vez que o objectivo é o abatimento da dívida, mas queria problematizar dois pontos.*

*Primeiro o bem que está no Bairro de Santiago fosse habitação social havia o problema de saber se a Câmara deveria manter esse bem por uma questão de justiça social e protecção social. Soubemos agora pelo Senhor Presidente que esse apartamento não se insere na habitação social e portanto é uma habitação normal.*

*No que diz respeito aos bens no Plano de Pormenor do Centro da Cidade deve talvez problematizar se esta solução é a melhor forma de obter o maior rendimento. Na medida em que (não esquecendo o cumprimento da lei) esta segunda licitação vai haver um abatimento de 15% em relação à avaliação inicial. E portanto deve pensar-se se será este o melhor procedimento se o objectivo de ter maior rentabilidade.*

*A última questão que eu coloco é saber se esta segunda licitação não cumprir os objectivos se haverá uma terceira licitação e qual será então o procedimento a adoptar? Muito o obrigado."*

Vogal Joaquim Oliveira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>037</sup>

*"Boa noite a todos. Bom a ausência de licitantes na primeira hasta pública produziu algum desconforto na alienação desses lotes. Eu acho que este é um acto de gestão correctíssimo, acho muito bem. Eu até acho bem que a Câmara use um bocadinho de especulação imobiliária. São as regras do jogo. Obviamente nós sabemos que essas só produzem efeitos para o munícipe. Mas eu queria aproveitar esta oportunidade senhor Presidente para reiterar uma situação que oportunamente eu lhe referi. Eu moro em Azurva como sabe e como sabe também existem imensos terrenos, áreas sobrantes, do alvará de loteamento com aptidões construtivas e algumas áreas já no âmbito do PDM antigo são passíveis de construção. Portanto penso que seria oportuno que a Câmara Municipal a tempo e horas legalizasse essas propriedades para à semelhança do que agora faz, também as alienasse. Muito obrigado."*

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>038</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>039</sup>

*"Muito bem. Duas ou três notas sobre aquilo que fizemos. Primeiro dizer que apoios do governo só há no papel. Façam favor de me dizer que Câmara no país já recebeu dinheiro para fazer habitação social do actual governo? Façam o favor de dizer porque eu não conheço nenhuma. Conheço muitas Câmaras, sou dirigente de uma associação nacional mas não sei tudo sobre todas. Mas de facto o que vou ouvindo é nada de nada.*

*E, portanto, estão a ver aí um filão que não tem dado consequência. O filão existe. Se virem as minhas declarações quando foi a discussão do Orçamento de Estado para o ano passado, e quando se apresentou aquele pacote todo das esquerdas, está tudo muito bonito. Mas a verba é para executar ou não? Nós sabemos que não. Uma boa parte da política da gestão orçamental é orçamentar para não executar. Sou-vos claro e cristalino como sempre. Não conheço nenhuma Câmara que nos anos de 2018 e 2019 tenha recebido dinheiros que estão no orçamento para a política de habitação.*

*E a nossa Câmara é uma Câmara muito atenta a ir buscar aos filões todos. Alguns nem vale a pena. Por exemplo ai os filões dos canis e não sei mais o quê, isso é só para alimentar a malta que diz que resolve os problemas todos.*

*Mas as dotações que estão para a habitação são muito interessantes. Mas há financiamentos de facto? Mas há alguns contratos assinados? Não, não, não. É a triste realidade.*

*O que é que nós em Aveiro temos feito? Nós já reabilitamos 95 fogos da Câmara que estavam em situação inabitáveis. Nalguns estava lá gente a viver em situações inaceitáveis para nós. E nesses 95 fogos, 66 foram para novas famílias que irão para lá ainda este mês. Portanto 66 são famílias novas que não tinham casa e concorreram nos dois concursos que já fizemos e foram-lhes atribuídas. No primeiro grupo já lá estão desde o ano passado e o segundo grupo vão agora. E as outras foi gente que estava em casa péssimas e que nós fizemos obras de qualificação e pusemos as pessoas a viver num fogo da Câmara em condições.*

*Mas para ele estar em condições não foi por nenhum discurso do PCP nem do Bloco de Esquerda nem por dinheiro do Orçamento de Estado. Nada.*

*Foi projecto dos nossos projectistas ou projectistas privados. Foram concursos públicos lançados e foram empresas privadas que fizeram as obras, porque eram obras de grande monta e não tínhamos condições com os nossos recursos de as fazer. Tudo direitinho. Não havia rede de gás, colocámos rede de gás. Onde não havia condições de montar um exaustor ou um esquentador colocámos tudo em condições. Esta é a nossa política.*

*Temos hoje para arrancar obra e qualificar prédios onde há maioritariamente fogos de habitação social cerca de 4 milhões de euros de obra. Financiados por nós ou pelo PEDUCA que é mais ou menos obras que estão na sua recta final que é um milhão e meio de euros que são financiadas além de nós próprios financiadas por fundos comunitários atribuídos no PEDUCA que têm essa componente. No que respeita ao governo é a miséria.*

*Eu já disse aqui que vocês podiam dar uma ajuda porque pertencem à geringonça. O IRHU que é um grande proprietário em Aveiro, tem 300 famílias que são seus inquilinos, que tem meio milhão de ajuda nossa através do PEDUCA, até hoje fez zero! Zero no Caião, zero no Griné. Já nem sei quantas reuniões é que fizemos. Eu a Senhora Vereadora, com o Director do Norte, com o Administrador, sei lá quantas reuniões é que já fizemos. Obra zero. Concursos lançados ou adjudicações, zero. Projectos em curso e que vamos fazer e tal, isso sim. Mas estamos a acabar 2019. Zero. Este é o governo do país. Temos meio milhão de euros à espera. Aliás a última reunião que tive com o administrador que tem esta pasta perguntei - ó senhor arquitecto, fazem ou não fazem? Primeiro porque temos que gastar o dinheiro que temos contratualizado. A autoridade de gestão anda sempre a perguntar e bem, por causa da percentagem da execução. Fiscalizam projecto a projecto. Meia volta perguntam o que se passa com os projectos. E nós dizemos olhem está a andar, não está a andar. Mas dizem-nos vocês fazem ou não fazem? É que se não fazem vamos falar com a CCDR para reafectar aquele dinheiro a outras obras de outro município. Só que se o IRHU não faz naquelas habitações fazemos nós nas nossas. Respondi Senhor arquitecto acredito em si, mas. Há dias tentei falar para saber se isto anda ou não anda e não consegui. Espero que não seja um sinal de que não anda.*

*Portanto, estamos a fazer a nossa parte, com todo o empenho, com toda a dedicação, temos esse trabalho objetivo e concreto feito com os recursos da Câmara. Feito com uma parte pequenina usando os fundos comunitários do nosso PEDUCA que estão integrados. Que é uma parte pequenina repito. E obviamente é por aqui que vamos continuar. Sempre nesta roda, projectos, obra, realojar, reafectar. Procurar sempre que no realojamento as pessoas fiquem ou vão para um fogo com uma tipologia adequada à dimensão do agregado familiar. É assim que nós trabalhamos. E aqueles cidadãos que dizem que moram em Santiago em situações desajustadas, olhem façam uma coisa ajudem-nos a virem falar connosco em vez de*

irem para o Diário de Aveiro e para o Bloco de Esquerda, venham falar connosco. Mas olhem alguns não querem vir falar connosco porque a ilegalidade dá jeito.

Portanto é preciso cuidado na abordagem às matérias, porque isto às vezes é bem diferente daquilo que parece. E nós estamos aqui em total disponibilidade para fazer bem, para ajudar, mas para fazer bem há um conjunto de obrigações mútuas e às vezes dizem-se coisas que não têm qualquer sentido.

Última nota. Quem fez habitação a custos controlados no nosso município nos últimos 30 anos foram empresas privadas. Fizeram-se e fez-se bastante em Aveiro. Foram empresas privadas que usaram os mecanismos de apoio aos custos controlados que existem. IVA à taxa reduzida, uma série de questões, houve um tempo que havia financiamento também. Mas foram empresas privadas. Tivemos a fase do investimento direto do Estado e cá temos Griné, cá temos Caião, Santiago, mas isso foi há mais de trinta anos. Depois tivemos a fase dos custos controlados, mas quem fez foram empresas privadas. Foram elas que fizeram com os apoios que o Estado disponibilizou.

O que é que se passa hoje? Nós estamos a trabalhar e eu não quero dizer mais do que isto. Estamos a fazer negociações que esperemos tenham sucesso na matéria dos custos controlados. Nós na fase em que estamos de escassez de habitação, crescimento dos preços, temos que intervir no mercado para o puxar para baixo. Temos capacidade financeira para agir directamente no mercado isso não existe. Não é possível, não existe. Há empresas privadas interessadas? Há. Mas o que é que se passa hoje no mercado. As empresas enquanto as operações de mais alto lucro estiverem a puxar por elas é aí que vão estar. Uma empresa que pode estar a ganhar 40% não vai entrar em custos controlados a ganhar entre 10 a 15%. Porque os custos controlados são baixos por dois motivos. Um porque a carga fiscal é muito mais baixa e outra porque os lucros que têm de ser controlados no contrato são definidos à cabeça e baixos. É por isso que vai ao mercado um fogo a preços baixos. Espero que tínhamos sucesso, mas as empresas que estamos a negociar estão cá hoje a construir no nosso município, mas estão a construir nos sítios onde ganham 40%. Alguém de vocês que é empresário tomaria decisão diferente? É a vida.

Agora, nós perspectivamos e as empresas olham para isto, além do papel social que também têm, que o mercado não vai estar sempre a puxar para o mesmo lado e que seguramente o próximo futuro irá ter outras oportunidades que se têm de agarrar hoje para operações daqui a um ano ou dois.

É nisto que estamos a trabalhar de forma equilibrada porque é muito importante nós fazermos esta aposta para termos uma aposta total. Porque precisamos (deixem-me dizer assim) de habitação de cinco estrelas no centro da cidade porque não temos e precisamos imenso, mas também precisamos de habitação de qualidade a custos controlados nos termos do regime legal e que continua a existir em Portugal. O IRHU tem mecanismos ao dispor. Não é preciso fazer nada. Os mecanismos estão ao dispor. O mercado é que não tem estado interessado neles. E fiquem todos tranquilos porque não vamos desafectar terrenos da reserva agrícola nem da reserva ecológica para andar a plantar prédios no meio de terrenos agrícolas. Não. Os sítios estão bem referenciados em área urbana, em zona muito próxima da área central da cidade. Não é Aveiro das elites! Aveiro é terra democrática que sempre foi e há-de ser. É o Aveiro de toda a gente. Com qualidade, com condição, é o Aveiro de toda a gente. Espero termos sucesso que verão que a maior das operações que estamos a negociar é bem no centrinho. É bem no centro. Vão ficar surpreendidos se a coisa correr bem. Mas pronto é neste exercício de um Aveiro democrático, um Aveiro de toda a gente, onde toda a gente deve trabalhar. Agora temos de ter empresas a investir para aproveitar os mecanismos que o Estado tem. E neste momento toda a gente sabe onde as empresas estão. Toda a gente sabe do problema diabólico que as empresas têm com a mão-de-obra porque não há mão-de-obra para trabalhar. E portanto há uma limitação de capacidade para fazer. Portanto é nesse

*mundo real que nós estamos a viver. Por em ordem o nosso parque habitacional. Qualificá-lo, dar mais qualidade aos nossos inquilinos. Temos agora habitações dignas e com qualidade. Ninguém vai residir para um fogo da Câmara que não tenha qualidade absoluta. Ninguém.*

*Toda a gente foi alojada ou realojada num fogo impecável para no dia em que entregámos a chave as pessoas chegarem a um sítio em condições. O que se faz nos últimos anos é de chorar muito, mas na altura como não havia Bloco de Esquerda passaram tudo isto como se fosse uma coisa normal, mas esta é a nossa realidade objectiva.*

*O fogo em Santiago era a sede do Aveiro Basquet. Nem nós sabíamos que aquilo era nosso. De vez em quando ainda vamos descobrindo coisas, ok. Mas está num péssimo estado. Precisa de obras, aliás na Câmara até discutimos sobre isso, os quatro novos imóveis que vão a hasta pública para ter habitação habitável, precisam todos eles de grande investimento. E portanto nós achamos que não são sítios que são recomendáveis para a habitação social e portanto colocámo-los no mercado no estado em que está e fará a obra de requalificação que muito bem entender.*

*Dizer uma coisa que o Greno disse à pouco. Nós neste momento à sua pergunta não temos resposta. Não temos mesmo. Nós ainda não discutimos entre nós se não tivermos sucesso na venda destes imóveis o que é que vamos fazer. Sinceramente ainda não fizemos esse exercício. Mas objectivamente não abordámos essa matéria. Iremos trabalhar em comunicação bem melhor daquilo que fizemos em março. Que não seja por falta de informação que algum interessado não vai aparecer em hasta pública. Mas depois de terminada esta etapa se assim acontecer estaremos naturalmente a reflectir e a trazer a resposta à pergunta como é evidente.*

*O Simões colocou uma questão mas poderia colocar tantas outras. A Câmara tem muitas mais propriedades, Colocou uma. Eu acho que não tem ali tanta capacidade construtiva e ainda por cima tem ali alguma litigância com o titular da propriedade. Estamos a trabalhar para ver se resolvemos a dúvida. Para nós não há grande dúvida, mas há ali uma dúvida que se constata quando se passa no terreno. Mas a capacidade de construção ali na área maior não tem. Zero de capacidade construtiva. A verdade é que a Câmara de Aveiro tem muitas mais propriedades na Cidade e pelos quatro cantos do município. Mas entendemos que este nosso papel tem de ser feito com regra e com este faseamento que devemos gerir bem e respondendo aquilo que vamos sentindo de forma objectiva que são as perspectivas do mercado. E portanto temos muito mais para vender mas entendemos que deva ser dessa forma planeada e tranquila que devemos desenvolver este tipo de processo. Mas naturalmente o princípio é vermos bem e analisar e aquilo que possa gerar um proveito que tenha este destino para a nossa Câmara que é pagar a dívida e irmos libertando da gestão dessa dívida, obviamente, que é importante. E esta é uma fonte de receita que já deu alguma ajuda, mas que entendemos que pode dar muito mais. Vamos ver se nesta hasta pública teremos mais um contributo importante do nosso património. Muito obrigado."*

### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

*"Começo por notar que a única preocupação foi falar sobre o computador que eu tenho ou deixo de ter, mas ninguém se referiu à emergência real que é a falta de habitação em Aveiro. Da parte da direita é o desprezo, fica registado.*

*Em relação às declarações do Senhor Presidente da Câmara era de facto importante que revelasse o número de pessoas que procuram habitação social. Porque vir dizer que 66 fogos foram disponibilizados obviamente que é importante. Mas quem não tem acesso à habitação*

*social dá uma ideia muito mais real do problema do que dizer aqueles que felizmente foram contemplados.*

*E portanto quando diz que o mercado não é possível de ser controlado. Que mesmo que quiséssemos habitação a custos controlados ninguém está disponível a isso. Quando o Bloco de Esquerda diz que abdica de instrumentos para o controle da política de solos e de habitação é a isto que nos referimos. Tem nas suas mãos o único instrumento que diz quem é que poderá ou não construir em património do município.*

*Portanto a escolha é simples. Ou está o município em combater a emergência social que é a falta de habitação social em Aveiro e promover a construção que seja acessível quer por arrendamento quer por compra a custos controlados ou está apenas disponível para alimentar o monstro da especulação imobiliária.*

*E pelo que foi aqui plasmado hoje está apenas disponível para alimentar o monstro da especulação imobiliária. O que dentro dessa lógica me suscita muitas dúvidas. Que é por um lado a direita diz que o que estamos aqui a fazer é contribuir para a amortização da dívida é bom, é positivo. Então e não querem que seja pelo maior valor possível! Ficam contentes com a rebaixa de saldos na segunda hasta pública? E não é congruente aquilo que defendem, quando é para abater dívida e nos contentamos com preços mais baixos. Disse."*

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

*"Boa noite a todos. Espero que tenham tido umas boas férias. A questão é o voto e o sentido do voto está mais que esclarecido de parte desta bancada. A opção entre a hasta pública e o ajuste directo não estava em causa. É uma exigência da lei. Mas levanta-se aqui uma questão. Aliás esse é que é o ponto, que é o fantasma da timidez capitalista do licitador.*

*Ou seja, custa-me um pouco, isto é vamos fazer uma hasta pública e isto trata-se mais ou menos como os leilões da arte. Que é o licitador não vai, manda alguém. Não é assim porque o que está em causa não é uma licitação de uma obra de arte. Isto é património do Estado. E é bom que na relação entre o investidor e o Estado as coisas sejam claras. Mais, parece-me a mim que não haveria prejuízo para o negócio se as tais pessoas que fizeram propostas de ajuste directo, que eu não tenho necessidade de saber quem são, se o fizerem fizeram-no com intenção de compra. E portanto o Senhor Presidente tem informação privilegiada de quanto é que o mercado está disposto a pagar. E portanto nós nunca saberemos, a bem da maneira como olhamos para isto, nós não temos essa informação. Eu não sei se o ajuste directo foi proposto ao mesmo preço ou mais abaixo. Mas esta rebaixa de 15% para mim é tão aleatória como dissesse 7 ou 8%. A bem da transparência é uma informação que lhe cabe a si dizer.*

*Portanto temos dois fantasmas aqui. Um é o critério e o outro é o fantasma da timidez do capitalista. E as duas coisas juntas são um pouco estranhas. E eu acho que o que está aqui em causa é sermos o mais transparentes possíveis sem prejudicar o negócio, com todo o sentido que isto tem que é o abatimento da dívida e não prejudicar o município.*

*Mas francamente o aspecto que mais custou foi o questão da timidez do capitalista. Da pessoa que não quer fazer. Porque me faz muita confusão isso. Não estamos a tratar da compra de imóvel no mercado. Não estamos a tratar da compra de um automóvel ou de uma obra de arte. Lamento mais é a maneira como eu vejo a relação do Estado com a sociedade civil e com o mercado."*

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[043](#)

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>044</sup> o Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de alienação de vários imóveis, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS10), uma abstenção (PAN1), três votos contra (BE2+PCP1).**

Seguiu-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE)<sup>045</sup>

*"Senhor Presidente as minhas intervenções são a declaração de voto e que fiquem registadas em acta."*

### **Ponto 3 – Apreciação e votação de propostas no âmbito da Descentralização:**

**a) Educação 2020;**

**b) Cogestão de Áreas Protegidas 2019 e 2020;**

**c) Transportes de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores 2020 (intermunicipal);**

*(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, respectivamente, na reunião ordinária pública realizada em 04/09/2019 e reunião ordinária de 28/06/2019, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento<sup>046</sup> ao plenário que os respectivos assuntos do ponto seriam apreciados em conjunto e depois colocados à votação em separado, não se verificando oposição.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*"Senhor Presidente de forma breve. São três sins a estas propostas. O primeiro substitui um não, embora tivesse sido em 2019 na área da Educação. E em termos da maior parte das questões não respondidas quando decidimos para 2019, para além de não haver tempo, por mais que tivessem todas respondidas, entendemos que hoje quase todas respondidas bem e com clareza.*

*Foi muito importante a reunião que está referenciada na proposta que tivemos com o nosso grupo de trabalho com a presença da nossa Consultora mais próxima que é a nossa Directora da Região Centro, Dr.ª Cristina Oliveira, mas também a Senhora Directora Geral que quis vir, foi ela que solicitou poder vir à nossa reunião e foi muito útil a sua presença. Foi a portadora das respostas. As respostas mais delicadas vieram documentadas e, portanto, foi um passo muito importante para nós dizermos, muito bem, estão reunidas boa parte das condições para nós podermos dizer que sim e obviamente o tal grupo de trabalho continua a trabalhar porque o nosso sim é um sim diferente, de outros sins.*

*O que nós queremos no primeiro dia que começarmos a exercer estas competências, nesta área tão complexa como é a Educação, é no primeiro dia começar a exercê-las mesmo. O que muita gente tem feito é dizer sim e no primeiro dia do contrato é que começa a tratar das coisas. Nós queremos já começar a tratar das coisas. Queremos no primeiro dia de contrato ter os concursos de pessoal prontos para serem lançados. Ter a avaliação de onde é que vamos investir os 20 mil euros por escola, com tudo decidido para começarmos a fazer as compras. Portanto é mesmo para começar a exercer a competência e não começar então os actos preparatórios. Não a lógica é os actos preparatórios já começara, E começaram exactamente com a reunião que está referenciada. E vamos continuar a ter reuniões regulares que integra os nossos agrupamentos, a Senhora Directora da Região Centro, e*

obviamente a Câmara que é quem coordena toda esta operação. Portanto houve esta evolução que nos leva a dizer sim.

Lamentamos muito que ainda hoje haja dúvidas em relação a uma pergunta que fizemos e que ainda não temos uma resposta taxativa. Que é saber se começamos a exercer a competência em janeiro ou temos que esperar por setembro. A resposta que vamos tendo é que é setembro porque é o normal. A resposta que toda a gente vai dando como obvia é janeiro. Porque as nossas competências não interferem em nada com a matéria do ano lectivo. Nós não vamos mudar nada. Nós vamos tratar de pessoal não docente, vamos tratar de edifícios, vamos tratar de comprar bens de equipamento. Nada disto tem a ver com a justaposição com o ano lectivo, não. Achamos até o contrário. Como a gestão da Câmara é o ano civil, achamos até que dá mais jeito ser ao ano civil. Mas sobre isto ninguém ainda deu uma resposta clara. A que vamos tendo é de setembro. Mas a verdade é que não está escrito em lado nenhum e nós estamos a trabalhar com toda a intensidade. Se for em janeiro vão ter de avisar em devido tempo. Se nos avisarem para aí em dezembro há coisas que obviamente precisam de tempo, mesmo com os actos preparatórios bem encaminhados.

Portanto são estas as motivações para dizer que sim.

Segunda. É um diploma muito recente. Saiu agora no dia 21 de agosto. É um diploma que teve um acidente de percurso. Ele foi consensualizado entre a ANMP e o Governo mas foi o Conselho de Ministros e voltou para trás devido as questões de interação interna do Governo. Fez-se uma renegociação e voltou-se a publicar no dia 21 de agosto, que é este da Cogestão das Áreas Protegidas. E apanhou-nos em negociação e muito bem encaminhada com o novo Presidente do ICNF e com a nova Directora Regional que é uma pessoa que conhecemos bem, que é a Professora Teresa Fidélis.

O Presidente do ICNF que é uma pessoa muito prática e muito objectiva e muito interactivo para tratar dos assuntos e não como tínhamos tido que eram uns rapazes que achavam que a natureza estava entre as nuvens e firmamento celestial e nós nem conseguíamos falar com eles. Mas felizmente temos agora gente diferente junto de nós. E pronto, surge este diploma. O nosso trabalho ainda não está no fim mas vai caminhando e o fim é um acordo. Que obviamente se vai depois enquadrar na montagem do modelo de Cogestão que está definido no diploma legal. Somos adeptos do modelo. Temos na região uma área protegida como todos sabemos, a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto. E portanto a nossa resposta é Sim. E ainda é possível fazer coisas em 2019 até porque temos o tal trabalho que vos referencieei. E basicamente com o novo centro de interpretação da reserva e do novo centro de acolhimento, obras feitas pelas Polis Ria de Aveiro, que obviamente conheço muito bem por força da minha condição de administrador da empresa. E obviamente 2020 com certeza porque temos o problema dos prazos e fica já decidido.

A última é intermunicipal. Foi uma decisão que não tínhamos tomado em primeira linha. Depois é que foi suscitada pelo meu colega da Câmara da Murtosa que há interesse no mercado de podermos vir a licenciar circuitos turísticos na Ria de Aveiro. E isso exige uma entidade que assuma a competência na dimensão intermunicipal para poder lançar concursos e passar licenças. Porque nenhuma Câmara Municipal pode. Foi essa a circunstância que nos levou a dizer é pá espera aí que já tratamos de todas mas falta-nos esta. E houve esse alerta que todos acolhemos bem. E o que está aqui é dizermos sim à nossa comunidade intermunicipal para que alguma operação que surja a comunidade tenha a competência para desenvolver procedimentos nessa área.

Sumariamente são estes os grupos de motivações que nos levam a propor à assembleia estes três sins, sabendo que obviamente o sim intermunicipal se transpõe para a assembleia intermunicipal que se vai realizar no fim de tarde do próximo dia 30 de setembro, para depois comunicarmos à DGAL dessa nossa decisão e que tudo indica será também positiva. Muito obrigado."

### Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP)<sup>049</sup>

Vogal Jerónimo Dias (BE)<sup>050</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>051</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>052</sup>

Vogal Filipe Brandão (PS)<sup>053</sup>

Vogal Glória Leite (PPD/PSD)<sup>054</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>056</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>058</sup>

*"Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda apresentou aqui uma situação que concreta que está a acontecer neste momento. Na escola básica de Azurva estão 40 alunos a dividir um espaço direccionado apenas para ATL. Isto porque o contentor onde as crianças deviam estar a ter aulas está em obras.*

*Estando o Senhor Presidente disposto a assumir responsabilidades na área da educação é importante que esclareça os munícipes qual é a sua posição quanto à escola pública. Se é para manter situações destas se podem os munícipes em Aveiro quanto às condições em que as crianças vão iniciar os anos lectivos a partir de agora?"*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>059</sup>

*"Ó Rita como sabe a escola de Azurva não tem nada a ver com isto. Vocês é que se perdem de tal ordem nos fantasmas que depois fazem perguntas sem pés nem cabeça.*

*A escola de Azurva é uma competência nossa. Não tem nada a ver com isto! Nós não vamos receber a escola de Azurva. Ela já está na nossa alçada.*

*E como vocês andam sempre aí a ensombrar faltou-lhe aquela nota que é pública. A escola de Azurva está em ligeira reparação porque está em projecto para lançarmos concurso para fazer uma escola em condições partindo da pré-existência. Temos projecto aprovado, já estamos na segunda fase para lançar concurso e fazer a obra. Estamos a remodelar uma escola que é estruturalmente boa ao seu tempo, mas que hoje não cumpre uma série de regras.*

*E se há muito tempo alguém lá colocou não um contentor mas dois, foi porque de facto ela na sua estrutura inicial estava desajustada e foram lá colocados os contentores e bem. Mas ninguém quer cá os contentores.*

*Eu não sei se conhece, mas aquele jardim-de-infância que existe, que era uma velha escola primária e se adaptou a jardim-de-infância, também não tem condições para jardim-de-infância. Inventou-se aquilo porque não havia mais nada. Fez-se bem? Fez-se bem, mas nós vamos acabar com aquele jardim-de-infância.*

*Para onde vai o jardim-de-infância novo de Azurva? Vai juntar-se à escola de primeiro ciclo no novo edifício que vai ter pré-escolar e primeiro ciclo. Portanto é um projecto que está em curso e que vamos adjudicar e se correr bem vamos ter, sem fundos comunitários, é com a nossa receita, do nosso trabalho da boa receita com a boa despesa, que lançaremos concurso público para fazermos uma nova escola e que entretanto irá colocar numa localização provisória aqueles alunos, mas que trataremos com o Agrupamento em devido tempo. Olhe em Verdemilho as crianças estão em três escolas e temos um trabalho de equipa tranquilo. É*



*assim. Mas não tratamos de Azurva com as novas competências que estamos aqui agora a decidir. Azurva já é uma competência nossa e por isso a estamos a tratar porque o município atrasou-se brutalmente a tratar do parque escolar.*

*Mas nós temos um plano para que até 2023, está escrito, está assumido, que em 2023 o parque escolar do município de Aveiro esteja a 100% qualificado. Muito obrigado."*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>060</sup> Ponto 3 – Apreciação e votação de propostas no âmbito da descentralização: Educação 2020, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta quatro votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS10+PAN1), zero abstenções, três votos contra (BE2+PCP1)**

**De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>061</sup> Ponto 3 – Apreciação e votação de propostas no âmbito da descentralização: Cogestão de Áreas Protegidas 2019 e 2020, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS10), uma abstenção (PAN1), três votos contra (BE2+PCP1).**

**Concluindo colocou à votação o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>062</sup> Ponto 3 – Apreciação e votação de propostas no âmbito da descentralização: Transportes de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores 2020 (intermunicipal), sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta quatro votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS10+PAN1), zero abstenções, três votos contra (BE2+PCP1)**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4 – Informação sobre o debate público da Revisão do Plano Diretor Municipal.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara<sup>064</sup> para apresentação do ponto em epígrafe.

##### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>065</sup>

*"Obrigado Senhor Presidente. Solicitei ao Senhor Presidente a inscrição deste ponto específico para poder dar uma informação formal. Teremos seguramente muito tempo para tratar esta matéria, mas entendo que na fase em que estamos e tendo uma reunião extraordinária e sendo essa matéria de importância extraordinária, que deveria ter esta palavra para com a Assembleia Municipal.*

*Estamos a aguardar a publicação do aviso da revisão do PDM em Diário da República. Foi-nos comunicado ontem mesmo, embora nós tínhamos pedido caráter de urgência, mas, pronto, e portanto foi-nos comunicado pela Imprensa Casa da Moeda que o nosso Aviso será publicado no dia 20 de Setembro.*

*Depois como é que isto depois funciona? Depois vão contar 5 dias úteis para nós estabelecermos o 1º dia do debate público. Obviamente se tivermos um fim de semana pelo meio, pronto esses não contam para se fixar o 1º dia. Vamos pressupor que o aviso é publicado no dia 20, têm que passar sete dias e ao 7º dia e que esse é o 1º dia do debate formal. Nós obviamente estamos a preparar todo um trabalho de informação, de comunicação, para que os documentos estejam todos no site da Câmara. O formato papel estará nos dois locais que já anunciei. Vai ser no Centro de Congressos e no Museu da Cidade para haver disponibilidade de consulta física. Enfim, exatamente aos dias de sábado, domingo e feriados, porque esses edifícios têm horário aos sábados, domingos e feriados, foi essa a lógica para que na prática com o formato eletrónico e com o formato físico disponível,*

*todos os dias são úteis. E sabemos que para muitos cidadãos é mais confortável fazer uma consulta ao sábado ou domingo do que nos dias da semana nos horários normais de funcionamento.*

*Portanto foi essa a lógica que seguimos. Portanto quando sair o aviso, nós um dia depois ou dois dias depois, estamos a lançar toda a operação de informação para informarmos o mais possível as pessoas dos vários formatos de como tudo isto vai funcionar.*

*E pronto, explicando também às pessoas que esta é uma fase de participação formal, por mais que a Câmara e assim o farei eu e os senhores Vereadores, estarmos ao dispor para falarmos com as pessoas informalmente. Mas no tratamento das participações obviamente só serão tratados aqueles que forem formalmente colocadas. Portanto é esta a lógica.*

*Neste trabalho informaremos também de um conjunto de ações que a Câmara vai fazer, exatamente de dinamização chamemos-lhe assim, do debate público. Sejam ações abertas absolutamente abertas a toda a gente, sejam ações que vamos trabalhar e desenvolver para universos mais específicos, nomeadamente de técnicos que trabalham com os licenciamentos e planeamento, enfim, para podermos ter algumas ações mais tecnicamente cuidadas, com gente que é profissional nesta matéria e que a trabalha. Para perceber bem, para questionar obviamente o que quiserem, quais são as regras que se mantêm e as que se mudam.*

*No anúncio, quando tivermos as ações de divulgação, anunciaremos também, cuidando obviamente do universo dos destinatários dar a conhecer tudo isso.*

*No que respeita à Assembleia Municipal teremos uma de trabalho adicional. Enviaremos nos próximos dias, em princípio até sexta-feira, estamos apenas lá com uma questão informática, vamos facultar, foi esse o compromisso que assumi com o nosso Presidente, vamos facultar o acesso eletrónico a todos os membros da Assembleia, desde já. Sem estarmos à espera do início do processo para toda a gente, para que quem quiser e com a profundidade que muito bem entenda, poder ir manuseando esta versão que é a versão que a Câmara Municipal aprovou e que vai a debate público.*

*Ela é parecida com a penúltima versão que alguns membros da Assembleia conhece. Aqueles que integram a Comissão de acompanhamento que criámos, mas, obviamente, tem diferenças. Tem poucas, mas tem algumas diferenças. Inicialmente foi cingido e bem aos membros da Comissão, agora queremos obviamente abrir todos.*

*E aquilo que queria exortar é que aqueles contributos que entendam por bem chegar, sejam de que naturezas forem, é que nos façam chegar nessa via de debate informal. Porque obviamente que o debate que iremos ter aqui quando cá vier o documento formal, enfim, é um debate de posições políticas, porque aí já não terá aberto o espaço de alterar o artigo a ou o artigo b, como é evidente.*

*É um debate rico seguramente, mas é um debate político e é um debate de votação da proposta que cá vier fechada, porque obviamente quando cá vier não vai para ser alterada como é evidente. Na votação só há três tipos de voto que podem ser dados, mas portanto queremos que a assembleia, para além dos membros da Comissão que trabalharam muito, como quiseram, tivemos oito ações todas muito abertas, muito participadas.*

*Tiveram esse espaço e depois interagiram com os seus grupos como muito bem entenderam, mas deixar-vos esta nota dessa via aberta para o diálogo na formalidade que cada um muito bem entenda. Mas numa lógica de contributo para melhoramos a nossa proposta.*

*O debate público é nessa instância isso mesmo. É a ultima oportunidade neste trabalho de 4 anos, que o fizemos sempre de forma aberta, mas esta é a ultima. Esta já lhe perdi o número da versão, mas esta é a ultima versão e é essa que virá à Câmara e que cá virá porque é competência da Assembleia Municipal.*

*Portanto é esta a informação que eu queria passar. É tão só este o objetivo que quero com este ponto da ordem de trabalhos, aproveitando o facto de estarmos juntos, podia ser que já hoje tivesse saído aviso mas não foi. Quisemos ontem fazer essa diligência para informar*

*aqui e portanto faremos essa abertura de canal e toda a exposição pública para que primeira instância a proposta seja conhecida, o primeiro objectivo é dar a conhecer, e depois cada um abordará na formalidade do debate público.*

*Portanto eram estas as palavras que eu queria partilhar com todos aproveitando o facto de estarmos juntos e prestar esta informação a todos os colegas da Assembleia Municipal. Muito obrigado."*

Presidente da Mesa<sup>066</sup>

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>067</sup>

*"Senhor Presidente em relação a informação que deu. Este processo leva 4 anos! Ao longo deste processo, houve contributos que foram dados quer individualmente, quer coletivamente. O Senhor Presidente o próprio têm dito isso várias vezes em intervenções. A bem da transparência e de saber se até agora já houve esses contributos, o que é que foi integrado no PDM e o que é que foi rejeitado e porquê? Portanto, seria bom que houvesse uma análise visto que agora é o período final e tudo o que vier agora já é, digamos, em serviços mínimos. Não é que já está estruturado, não. O Senhor Presidente não está disposto a alterar profundamente o que quer que venha como contributo. Mas deve haver uma análise dos contributos que foram dados durante estes quatro anos que foi um período muito longo com poucas oportunidades para as pessoas se pronunciarem quanto a este processo. Como disse o Senhor Presidente "cumpra os serviços mínimos em termos de participação" e, portanto, seria bom que essa análise fosse feita publicamente. Disse."*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>068</sup>

*"Senhor Presidente muito obrigado. São estas coisas do bloco de esquerda, enfim. Olhe tratar as suas propostas é que foi muito fácil porque como não deu nenhuma, foi muito fácil. Mas tivemos milhares de propostas. Umhas escritas outras não, mas tratamo-las todas num documento que irão ver, aquelas que foram formais têm lá uma resposta formal, as que não são formais têm lá uma resposta de sim e de não. Mas é um processo aberto e transparente. E só que dizer isto porque não há cá serviços mínimos. Isso não existe. Nós podemos nesta fase rasgar o Plano e fazer outro. Isso é possível? É. Mas é previsível, não. Portanto não há cá serviço mínimo nenhum. A Rita pode fazer uma proposta de um PDM novo. O PDM da Rita é melhor que o nosso e portanto vamos adoptá-lo. Portanto não vale a pena fazer esse exercício porque é mesmo um exercício negativo. Não vale a pena.*

*Se a Rita apresentar na sua participação formal uma proposta de novo PDM e for melhor que a nossa palavra de honra que nós vamos substituir a nossa proposta pela sua. Jogue o jogo no sentido sério do termo.*

*Nesta fase que estamos e foi isso que quis dizer, esta fase ainda é útil. Não fui eu que inventei na lei. E chamei a atenção da Assembleia porque em acto formal ai não há serviço mínimo nem máximo. Ai há uma discussão política e questões políticas normais e há uma votação.*

*Agora se vier para aqui dizer "eu proponho alterar o artigo tal" isso não serve para nada. Mas se neste tempo que temos agora pela frente vier dizer olhe eu acho que o artigo tal deveria não ser assim devia ser assado. Isso é útil. Isso é contribuir. Foi só isto que eu quis dizer. Quando chegar o tempo e vai chegar na Câmara e na Assembleia que é na próxima vez que for à Câmara e vier cá, aí é a discussão política e é para votar. Já não é par afazer alterações.*

*E não é serviços mínimos e máximos. Alguém que apresente uma proposta de PDM completa, total, que seja melhor do que aquela que nós vamos pôr em cima da mesa, nós adotaremos essa e pomos a nossa no lixo. Isto é provável? Não. Isto é possível? É. Esta é a verdade rigorosa. Eu estou a ver a Rita a conseguir produzir uma proposta completa de PDM? Eu sei que a Rita tem muitas competências, mas não acredito que seja capaz. Nem em 4 anos nem em 2 meses, não é possível. A previsibilidade disso é pouco acima de zero.*

*Portanto foi isto que eu quis dar de informação. O debate político cá o teremos seguramente com toda a alegria e com toda a clareza como sempre temos os nossos debates. Mas não era isso que eu queria fazer hoje. Hoje era apenas dar informação concreta e objetiva do que é que temos pela frente e como é que vamos gerir o último processo antes da última etapa. Antes da última em que já não há nada a fazer a não ser seja votar contra, a favor, ou abster-se na câmara e na Assembleia Regional."*

### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[069](#)

*"Só para dizer que por várias vezes é usado este expediente do vamos discutir noutro momento, noutro lugar, apresentem as vossas propostas, enfim.*

*Dizer-lhe que nós somos deputados eleitos e temos um lugar próprio para discutir as nossas ideias, as nossas posições, os nossos contributos, como lhe quiser chamar.*

*Não nos parece que pôr aqui os Partidos representados a ocupar o lugar dos cidadãos seja correcto. Era a mesma coisa que virmos aqui e falarmos no período destinado ao público.*

*Se estamos numa assembleia, somos representantes eleitos, é aqui que temos que apresentar as nossas propostas. O Bloco de Esquerda não tem enviar propostas nenhuma. É aqui neste espaço de debate que essas propostas têm que ser apresentadas. Não faz sentido estarmos a sobrepor o lugar que é dado aos cidadãos e às cidadãs enquanto público."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[070](#)

*"Senhor Presidente quero retorquir. Porque é uma discussão sem sentido nenhum. Não me vou repetir para não vos cansar. Só lembrar à Rita que teve 8 reuniões da Comissão e nada fez. Esta Assembleia conseguiu uma coisa que além do mais é extraordinária porque não decidi isso em mais nenhum dossier.*

*A Senhora foi às reuniões, mas não deu contributo nenhum. O tempo dos contributos existiu. Acho que todos os membros sabem da abertura total que houve nas reuniões. Não é aqui!? O que foram as 8 reuniões que tivemos em que a Senhora participou com a sua total liberdade? Julgo que nunca a condicionei em nada. Levou as propostas que quis levar. Foram zero! Portanto não é o aqui. A Assembleia Municipal, julgo que pagámos as senhas de presença a toda agente, tudo direitinho como manda a lei, para dizer que esta Assembleia Municipal esteve a trabalhar no nosso PDM connosco. Mas a trabalhar mesmo.*

*Com uma nota. O Presidente da Câmara foi às reuniões todas. Portanto não é o aqui. Neste dossier também foi o ali. Porque as nossas reuniões foram ali na sala em cima. E dizer que para nós foi um excelente exercício. Quem não aproveitou que aproveitasse. É vida."*

### Membros da Assembleia

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[071](#)

*"Senhor Presidente eu lamento profundamente esta intervenção da senhora deputada. Como o Senhor Presidente da Câmara disse, eu também fiz parte da Comissão, e houve membros da Comissão que fizeram intervenções e apresentaram propostas que foram estudadas, que*

*foram acolhidas, se não foram na totalidade uma parte foi acolhida e é evidente que a senhora deputada não abriu a boca relativamente a contributos para o processo de revisão do PDM.*

*E eu queria aproveitar para dizer que as reuniões foram completamente abertas. Nunca ninguém foi constrangido a nada. E fico espantado como é que é possível uma pessoa participar e vir agora dizer aqui que ninguém participou. Desculpe lá Senhora Deputada. Eu lutei pela democracia em Portugal desde os meus 14 anos. E há uma coisa que sempre os meus antepassados me diziam. Respeitemos a palavra e respeitemo-nos a todos. E Senhora Deputada não o faz. Isto não é nada. Obrigado."*

Presidente da Mesa<sup>072</sup>

*"Senhores deputados, não vamos abrir aqui um debate."*

Vogal Pires da Rosa (PS)

*"Senhor Presidente. Uma interpelação à Mesa. A Comissão vai apresentar um relatório ou não à Assembleia?"*

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>073</sup>

*"Obrigado Senhor Presidente. Eu acho que isto é uma caixa de pandora. E eu acho que ninguém a queria abrir hoje. E o que eu quero dizer com isto é que entramos numa avaliação dos membros que participaram ou não participaram na Comissão.*

*Eu tenho os meus espaços de reflexão sobre este trabalho que são de nalguns casos de avanço, noutros de reserva. E portanto, sei também que foi pedido pelo Senhor Presidente da Assembleia, que foi Presidente da Comissão, que fosse emitido um relatório pelos membros dessa Comissão. Coisa que eu não fiz sob reserva pessoal porque também o posso fazer e farei. Mas também não me foi dito qual era o destino desse relatório e se haveria um relatório final de apreciação. E por isso das duas uma. Ou continuamos neste debate porque realmente há coisas que estão aqui a serem ditas com as quais eu não concordo relativamente ao funcionamento da Comissão e há outras em que concordo. Mas estamos aqui a chegar a um ponto em terei de emitir parecer ou opinião sobre os destinos que foram dados aos trabalhos da Comissão. E a questão é, vamos fazê-lo?..."*

Presidente da Mesa:

*Senhor deputado o assunto termina aqui. Foi feito o debate nos tempos apropriados.*

*Sobre a questão do funcionamento da Comissão, o Senhor deputado que fez parte da Comissão e outros, se entendem dirigir alguma comunicação ao Presidente (no caso eu próprio), fazem-no se faz favor por escrito e manteremos depois esse diálogo.*

*O mesmo para o Senhor deputado Pires da Rosa que em devido tempo será esclarecido."*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>074</sup>

*"Senhor Presidente, o que eu estava a dizer é que eu já fui membro desta Assembleia em outros mandatos, mas não tem a ver com isso. Mas nós aprovámos aqui a constituição de uma Comissão. A Comissão reuniu bem, mal, o que for. Quando vier o tema à discussão tem de vir um relatorzinho da Comissão a dizer o que é que a Comissão achou sobre o diploma. Como é evidente. Mesmo que venha a dizer "não concordámos todos". E tem de ser V. Exa que foi o Presidente da Comissão a apresenta-lo. Peço desculpa, mas é assim. Lá terá que fazer mais qualquer coisinha. Mas penso que vai ter que o apresentar. Eu não estive na Comissão e o Dr. Fernando Nogueira até pode dar uma achega, mas eu quero saber se o*

*Casimiro Calafate apresentou propostas, se a Rita não apresentou propostas, etc, etc. Isto é o que é normal. Portanto a minha pergunta mantém-se: eu acho que deve ser apresentado um relatório da Comissão. É a minha opinião."*

**Não se verificando mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação<sup>075</sup> do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada<sup>076</sup> por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária. Eram 23:30 horas do dia 17 de Setembro de 2019.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(03:00)